

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

# **Estado, desenvolvimento e reformas. Uma análise preliminar do setor elétrico em alguns países latino-americanos.**

Alessandro Andre Leme y Valeriano Mendes Ferreira Costa.

Cita:

Alessandro Andre Leme y Valeriano Mendes Ferreira Costa (2009). *Estado, desenvolvimento e reformas. Uma análise preliminar do setor elétrico em alguns países latino-americanos. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/971>

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

# **Estado, desenvolvimento e reformas. Uma análise preliminar do setor elétrico em alguns países latino-americanos.**

**(Estado, desenvolvimento e reformas.  
Un análisis preliminar del sector eléctrico  
en algunos países latino-americanos)**

**Alessandro Andre Leme**

*Sociólogo e Cientista Político,*

*Doutor em Ciência Política pela UNICAMP*

*Bolsista de Pós-Doutorado da FAPESP no IFCH/UNICAMP*

*Pesquisador e Professor Colaborador*

*lemeaa@gmail.com*

**Valeriano Mendes Ferreira Costa**

*Professor do Departamento de Ciência Política*

*e da Pós-Graduação em Ciências Sociais e Ciência Política*

*UNICAMP*

*Coordenador Geral do CESOP/UNICAMP*

*vmfc@unicamp.br*

## **RESUMO**

A década de 1990 foi marcada por um movimento global de Reformas do Estado, principalmente as ocorridas nos países tidos em desenvolvimento, cujo, as proposições e orientações das agências multilaterais e organismos internacionais se fizeram mais presentes. O conjunto de reformas foi orientado para o que podemos chamar de reformas orientadas para o mercado, ou seja, “jogar” para o setor privado os setores econômicos possíveis de lucro, dentre eles, os setores de infraestrutura energética, mais precisamente, o caso do setor elétrico que no Brasil, na Argentina e no

México se consolidaram (pós-segunda guerra mundial) nas “mãos” do Estado e que na década de noventa sofreram fortes influências privatistas. A partir de uma abordagem histórico-estrutural e estratégica enumeraremos um pouco sobre as reformas no setor elétrico brasileiro em diálogo com as ocorridas na Argentina e no México.

## **ESTADO, DESENVOLVIMENTO E REFORMAS: DEBATE E CRÍTICA**

Refletir sobre as reformas ocorridas no Estado para que o mesmo se ajustasse à lógica econômica hegemônica implica em caracterizar historicamente um conjunto de processos para entender no que os mesmos sofrem modificações.

As Reformas implicaram que novos arranjos político-institucionais foram requeridos a se ajustarem a novos desafios, muito deles, visando sinergia maior entre a “esfera” nacional às demais demandas/pressões da “esfera” global. Este processo reflete diretamente na forma dos atores conceberem o Estado e suas diversas funções, sejam elas no campo econômico, político ou cultural.

As discussões denominadas de “*Consenso de Washington*” como as reformas políticas e de ajustes econômicos na América Latina foram originadas no seminário organizado pelo “*Institute for International Economics*”, em novembro de 1989. Contando com a participação de integrantes do Fundo Monetário Internacional (FMI); do Banco Mundial; do Banco Interamericano de Desenvolvimento e de representantes do governo dos Estados Unidos e de alguns países da América Latina, deixaram documentadas as possibilidades de a América Latina inserir-se nisso que se tornou à panacéia da década de 1990.

O economista John Williamson foi um dos responsáveis pelo delineamento das propostas ali aprovadas. O mesmo considerou que o “*Consenso de Washington*” deveria ser entendido, pela América Latina, tal como um “receituário” a ser cumprido pelos países que desejassem ajustar-se às novas circunstâncias. Seu conjunto de propostas previa, dentre outros:

o equilíbrio das contas públicas, obtidas, preferencialmente, a partir das reduções de despesas (como cortes em subsídios destinados a empresas públicas e privadas) e não pelo aumento de impostos;

a liberalização da economia aos investimentos estrangeiros; isto é, uma abertura comercial e um processo de desregulamentação com gradativo (porém, constante) processo de redução do controle governamental sobre o setor privado e, ao mesmo tempo, sua atuação direta no setor produtivo através da aquisição de empresas estatais (geralmente atuando monopolisticamente);

sugeria claramente um processo amplo de privatização como a solução mais eficaz para transferir para o setor privado as empresas do Estado, que por sua vez passariam a atuar sobre as leis do mercado, fortalecendo o ambiente competitivo (o que permitiria, a um só tempo, a resolução da “questão fiscal” do Estado e, de outro lado, a indução de um progresso técnico que somente os capitais privados transnacionais poderiam ofertar, na forma de produtos e serviços) (SAUER, 2002).

Corroborando com tais recomendações, o Banco Mundial (1994), foi o portador da “antevisão” de que o diagnóstico dos problemas principais do monopólio estatal na América Latina, principalmente quando realizados nos setores de infra-estrutura, induziriam a ineficiência das operações; a manutenção inadequada das instalações; a ineficiência financeira e fiscal da empresa; a incapacidade de atender a demanda do usuário, a negligência para com os pobres (ausência de Responsabilidade Social) e com o meio ambiente (ausência de Responsabilidade Ambiental da empresa).

Embora o diagnóstico supra também possa ser possível de ocorrência sob gestão privada, o Banco Mundial (1994) afirma que esta última possibilidade seria pouco provável porque o setor privado se organiza sob uma lógica de mercado assentada em princípios comerciais e de concorrência.

Neste sentido, a privatização viria a resultar num curto prazo, num equilíbrio das contas públicas e, a médio e longo prazo, seria responsável pela alavancagem do aumento da competitividade da economia no novo cenário de trocas mundiais. A privatização e a desestatização surgem como uma alternativa viável e essencial para que os países em geral e, particularmente os latinos americanos, se adequassem com sucesso aos novos arranjos da política econômica do final do século XX e início do século XXI.

Outras foram às contradições contidas no “*Consenso de Washington*”, a saber: a limitação das recomendações do Consenso à prescrição de soluções econômicas de forma uniforme a todos os países indiscriminadamente, independentemente de suas especialidades como, por exemplo, das diferenças de porte geográfico, de padrão de desenvolvimento, os problemas conjunturais vividos e/ou estruturais enfrentados pelos mesmos, além da grande diversidade cultural.

Um bom exemplo dessas disparidades nas recomendações foram os diagnósticos idênticos e das proposições de mudanças semelhantes tanto para o caso do Brasil quanto para o caso do Uruguai ou Bolívia, ambos com realidades bastante distintas da brasileira (BATISTA, 1994).

Com repercussões locais distintas, realizam-se reformas institucionais que compreendem desde a privatização e “desestatização” de empresas, à desregulamentação da economia, à mudança

da legislação trabalhista e à abertura dos mercados. Todos esses fenômenos estão subjacentes à dinâmica da globalização.

Ou seja, o processo de privatização seria fortemente influenciado tanto por atores exógenos quanto endógenos aos países, donde fazem parte macro atores formuladores e implementadores de novos modelos de gestão dos setores infra-estruturais e de novos arranjos institucionais para regularem as transformações ocorridas.

Neste sentido, as privatizações assumiram certa centralidade nas orientações político-econômicas reinante no final do século XX, fundamentadas pelo discurso de eficiência da gestão privada nos negócios. Ressurge com isto, o discurso centrado na possibilidade de retomada do desenvolvimento executado pelos recursos do setor privado em diversos setores da economia, antes assentados sob os investimentos estatais (na América Latina, por exemplo).

A crítica à “pouca” eficiência dos monopólios estatais não levou em consideração que, historicamente, a gestão dessas empresas foram sacrificadas em grande parte, pela contenção e subsídio dos preços públicos em função de uma equivocada política de combate à inflação aliada à política de exportação, o que acabou refletindo diretamente no desequilíbrio do próprio orçamento do governo e também na desestruturação de muitas das empresas sob controle estatal (BATISTA, 1994).

As reformas do setor elétrico em muitos dos países centrais, em grande parte, optaram pela manutenção da propriedade estatal sobre tal indústria, o que não excluiu do debate interno a construção e implantação de políticas com alguns níveis de concorrência na geração de eletricidade (auto-produção, co-geração, produção independente), ou seja, uma tentativa de ampliação e viabilização de uma maior participação do capital privado em investimentos setoriais (ROSA, TOLMASQUIM E PIRES, 1998).

Todavia, o caráter estrutural e estruturante da ação estatal pós-45 foi indispensável para o crescimento capitalista. O Estado promoveu o Estado de Bem Estar Social ou o Estado Desenvolvimentista, regrou as condições de trabalho, regulou a articulação do sistema financeiro e da concorrência inter-capitalista, todas essas medidas sob o padrão intervencionista Keynesiano (TAVARES, 1970).

A partir de 1973 começou-se um crescente processo de estagnação com inflação e sucessivas ondas de especulação contra o dólar (com contra partida, as moedas européias), ocorrendo uma deterioração da capacidade de regulação monetária e financeira inclusive dos Estados Unidos, engendrando-se, com isto, um quadro referencial para a industrialização, o consumo e o financiamento traçado para o pós-guerra (MACIEL, 1997).

A desestruturação global do sistema financeiro e produtivo concomitantemente com o acirramento do processo de globalização criou novos ordenamentos financeiros, produtivos e culturais afetando de forma desigual os países do sul e os países do norte.

Do ponto de vista teórico, as privatizações apresentaram como ponto central o fator econômico, ou seja, a desregulamentação e a liberalização aumentariam as condições competitivas do mercado, as quais garantiriam por sua vez, a alocação eficiente de recursos.

Porém, para uma avaliação mais precisa a respeito das formas de gestão (pública ou privada) merecem algumas ponderações. Primeiramente, que os ditos “*problemas de agências*” não são restritos as empresas estatais, podendo ocorrer também em empresas privadas. Em segundo lugar, passados mais de dez anos de reformas privatizantes no país, ficou evidente que a competição “pura” de mercado não é condição necessária e suficiente para engendrar por si só a diminuição das desigualdades nos serviços prestados e por sua vez uma alocação mais eficiente dos serviços. Nem sequer, foi eficiente para gerar novos investimentos para garantir de forma efetiva a melhora do setor e conseqüentemente o necessário favorecimento infra-estrutural para o devido crescimento econômico (no caso do setor elétrico brasileiro e argentino).

O processo político das reformas econômicas na América Latina foi marcado por dois grandes fatores hegemônicos, a saber: a racionalização e a redução do papel do Estado na economia, e a redefinição das relações entre as economias nacionais e o mercado internacional (nova estratégia de integração na economia mundial globalizada).

Ou seja, o padrão de desenvolvimento econômico promovido pelo Estado em praticamente toda América Latina até meados da década de 1970 começa a ser substituído por um novo padrão de desenvolvimento centrado no investimento privado (nacional e internacional), na abertura externa e na valorização do mercado como meio mais adequado ao mundo globalizado. A redefinição das estratégias para o desenvolvimento se dá como resultado de pressões decorrentes de atores internacionais e nacionais (capital e elites políticas).

Seja justificada como redefinição das estratégias para o desenvolvimento ou como resultado de pressões e ajustes decorrentes de atores internacionais e nacionais (capital e elites políticas). As reformas orientadas para o mercado adentram no final do século XX como parte importante da agenda pública (política) dos governos nacionais.

Ou seja, o diagnóstico de insuficiência de um modelo (nacional-desenvolvimentista) por um lado, e, por outro, as fortes pressões por mudanças no sentido da liberalização econômica é uma das principais características do final do século XX.

O conjunto de mudanças ocorridas desde o final dos anos 1970, complexificando durante a década de 1980 e se intensificando na década de 1990 para as reformas orientadas para o mercado

afetou/influiu tanto a organização burocrática do Estado (instituições diversas) como também no plano das instituições econômicas internacionais.

Neste sentido, o Estado e as diversas agências e organizações supranacionais têm passado por enormes reformas, cujo público alvo principal tem sido os países em desenvolvimento.

Tal fato acaba por fortalecer a necessidade de estudos comparados sobre as experiências de reformas econômicas em países em desenvolvimento, e, em particular, as reformas engendradas no setor de energia elétrica (por sua característica estrutural e estruturante para as sociedades capitalistas).

Embora não utilizaremos a rigor da metodologia de Política Comparada, faremos breves interconexões e contrastes com alguns países latino-americanos, principalmente com o caso argentino e mexicano.

Cabe aqui reforçar em que contexto histórico, econômico, social e institucional as reformas liberalizantes adentram em alguns países em desenvolvimento no final do século XX.

A Argentina apresenta sua primeira experiência de liberalização em 1976, após o golpe militar (pondo fim a segunda experiência peronista). Entre 1976 e 1982, implantaram-se muitas políticas neste sentido que passaram pelo programa de eliminação de controles diretos de importação e redução tarifária; liberação de preços e salários e redução de restrições às operações cambiais.

Segundo Velasco e Cruz (2004), a Argentina reverteu medidas prévias de liberalização, levantando barreiras não aduaneiras, incluindo proibição de importações e sistemas de concessão de licenças.

Como parte de programa heterodoxo de combate à inflação, o governo Alfonsín impõe controles diretos sobre preços e salários. Frente às dificuldades enfrentadas na administração do Plano Austral, já em 1986 ocorre a renovação da política de liberalização comercial, acelerando-se em 1991 (BASUALDO, 2002).

Embora nos últimos dois anos do governo Alfonsín tenha havido uma adesão ao discurso das reformas econômicas liberalizantes, isto não se traduziu em medidas mais efetivas de política. O que por sua vez, só passam a ser adotadas a partir de 1989, já a partir da eleição de Menem a presidência do país. A forte crise hiperinflacionária e os sucessivos “apagões” elétricos não só levaram a saída de Alfonsín da presidência antes do tempo institucional, como também deram força social e política para que Menem aderisse com toda a força às orientações econômicas voltadas para o mercado.

O Brasil, por sua vez, vai ser durante a segunda metade do governo do presidente Sarney, marcado pelo fracasso do Plano Cruzado na tentativa de controle inflacionário, que as reformas liberalizantes – abertura comercial, liberalização financeira e privatizações – começariam a entrar de forma mais forte na cena política do país. Porém, vai ser efetivamente somente a partir do início do

governo do presidente Collor (1º presidente eleito depois fim do regime militar) que tais reformas vão ser adotadas. As Reformas Liberalizantes perpassam o governo do presidente Itamar Franco e se fortalece nos governos seguintes do presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC.

O México, por sua vez, tem no Plano Nacional de Desenvolvimento do presidente Echevarria (1970/1976) um grande movimento marcado por dois processos, de um lado ocorre uma forte intervenção do estado na economia e, por outro lado, há inúmeras mobilizações do empresariado contra tal processo.

Outro fato marcante foi à estatização dos bancos decretada pelo presidente López Portillo logo em seguida da Moratória da dívida externa em 1982, gerando com isto forte abalo nas relações entre o Estado e o empresariado no México. Porém, vai ser somente a partir de 1986, nos governos de La Madrid e Salinas Gortari que começam a ocorrer às reformas liberalizantes.

Como complemento e especificidade do caso mexicano, as reformas econômicas internas estão intimamente vinculadas às mudanças promovidas em sua política econômica internacional, se expressando primeiramente na adesão do país ao GATT – em 1986 – e nas negociações seguintes de integração regional com o Canadá e os Estados Unidos – NAFTA.

Um dos aspectos centrais presentes neste novo ordenamento das economias dos países em desenvolvimento foi à privatização de diversos setores, dentre eles o do setor elétrico. Com isto, a empresa pública que antes era portadora de uma dupla qualidade, qual seja, a de centro de acumulação de capital e instrumento de política de governo passa a ser encarada como anomalia perante o liberalismo econômico. O que está em questão sob este novo “olhar” é o ataque frontal a empresa estatal em prol da livre concorrência do capital privado no mercado (que nesta concepção sempre tende ao equilíbrio, influencia ainda da lógica do equilíbrio geral Walrasiano).

## **APONTAMENTOS FINAIS**

As orientações das políticas liberalizantes para o mercado no setor elétrico, seja no Brasil, Argentina ou México seguem algumas similaridades, embora ocorridas em tempos diferentes seguindo as particularidades dos embates de forças políticas e sociais no âmbito nacional de cada país.

Outra diferença entre os países acima referidos é o tipo predominante de fonte para geração de energia elétrica. Ao passo que no Brasil a principal fonte é a hidroeletricidade, na Argentina e no México é a termoeletricidade

No México as privatizações no setor elétrico avançaram muito pouco em função dos fatores expostos acima. Na Argentina o setor foi passado à empresas privadas (nacionais e internacionais) de forma rápida e intensa já na primeira metade da década de 1990. Já no Brasil, as privatizações se



centraram no setor de distribuição de energia elétrica; empresas privadas passaram a dominar aproximadamente 80% do parque distribuidor de energia brasileiro enquanto que a geração foi privatizada em apenas 20%.

O Brasil, a Argentina e o México tiveram movimentos semelhantes quanto a organização e institucionalização do setor elétrico. Nesses três países o setor elétrico começa a se estruturar a partir do capital privado (em grande maioria internacional). Desde a década de 1930, principalmente depois da segunda-guerra mundial, há uma gradativa incorporação do setor por parte do Estado, que se torna o principal investidor na geração de energia.. Por fim, a partir das crises do petróleo na década de 1970 e das sucessivas crises da década de 1980, políticas energéticas de orientação neoliberal nos três países trazem parcela do setor de volta às empresas privadas (nacionais e internacionais).

Todavia o *timing* das privatizações variou nos três países, de acordo com as coalizões de apoio e de veto. Na Argentina as privatizações no setor elétrico se deram de forma rápida, intensa e concentrada no tempo. Isto se explica em parte pela grave crise em que o país se encontrava. No Brasil, além da reforma do setor de eletricidade ser mais lenta, vários obstáculos, entre eles, as dificuldades em dividir as grandes empresas geradoras de eletricidade (CHESF e FURNAS, por exemplo) em mais de uma unidade (empresa) impediram o avanço do processo de privatização, que com a deflagração da crise em 2001 é interrompido de vez. O México avançou muito pouco nas privatizações no setor elétrico, em grande medida porque a institucionalidade criada na década de 1940 e que garantia a exclusividade do Estado no setor não foi modificada e atuou como obstáculo às reformas setoriais.

Por outro lado, a Argentina e o Brasil, que realizaram um processo de privatização setorial mais forte, apresentaram crise no setor: a crise argentina em 2001 e 2003 e o “apagão” brasileiro de 2001.

Por fim, as reformas orientadas para o mercado foram resultadas de fatores exógenos e endógenos (que dependendo das configurações de forças presentes acabam por influenciar os governos para um padrão específico de estratégia para o desenvolvimento). Ou seja, não há unicidade histórica para escolhas de estratégias, mas sim composição de estratégias de desenvolvimento decorrente do embate entre as diversas forças políticas presentes e atuantes num determinado espaço (Estado) com suas variantes nacionais e internacionais.

## Bibliografia

- ABRUCIO, F. L. & COSTA, V. M. F. Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro. São Paulo, Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1998.
- ANEEL. *A ANEEL na reestruturação do setor elétrico brasileiro*. Brasília, 2001.
- ALONSO, M.L.F. Reforma Del Estado y Reforma administrativa. Centro de Estudios Sociales y de Opinión Pública. México: Mayo de 2003.
- ARAGÓN, L.C. El modelo británico em La industria eléctrica mexicana. Siglo Veintiuno Editores, México, 2003.
- ARBIX, G. *Da liberalização cega dos anos 90 à construção estratégica do desenvolvimento*. Tempo Social; Ver. Sociol. USP, São Paulo, 14 (1): 1-17, maio de 2002.
- AZPIAZU, D. (org.). *Privatizaciones y poder económico: la consolidación de una sociedad excluyente*. Universidad Nacional de Quilmes, 2002.
- AZPIAZU, D e SCHORR, M. *Desempeño reciente y estructura Del mercado gasífero argentino: asimetrías tarifarias, ganancias extraordinarias y concentración del capital*. FLACSO, area de Economía y Tecnología, diciembre de 2001.
- AZPIAZU, D e SCHORR, M. *Crónica de una sumisión anunciada: las renegociaciones con las empresas privatizadas bajo la administración Duhalde*. Buenos Aires, Siglo XXI Editores Argentina, 2003.
- AZPIAZU, D e BASUALDO, E. (org.). *El proceso de privatización en argentina: la renegociación con las empresas privatizadas*. Universidad Nacional de Quilmes e Página/12 Editorial, 2002.
- BASUALDO, E. *Sistema político y modelo de acumulación en la argentina*. Universidad Nacional de Quilmes, 2002.
- BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: *Em defesa do interesse nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BERMAN, C. *Energia no Brasil: para que? para quem? Crise e alternativas para um país sustentável*. São Paulo: Livraria da Física: FASE, 2001.
- BNDES. *Programa Nacional de Desestatização – relatório de Atividades/1997*. (site: [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)).
- CEPAL ( Comisión Económica para América Latina y el Caribe) *Globalización y desarrollo*. Edición de Mayo de 2002, Santiago de Chile, 2002.
- DINIZ, E. *Crise, reforma do estado e governabilidade*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

- DONAHUE, J.D. *Privatização – fins públicos, meios privados*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1992.
- EASTERLY, W., SERVÉN, L. *The limits of stabilization: infrastructure, public deficits, and growth in latin America*. Stanford University, and the World Bank, 2003.
- EDWARDS, S. *Crisis and reform in Latin America: from despair to hope*. World Bank Oxford University Press, 1995.
- ELETROPAULO. *História e Energia 6 – O capital privado na reestruturação do setor elétrico brasileiro* (tese de mestrado de R. Medeiros). São Paulo, Departamento de Patrimônio Histórico, 1996. 220p. il
- \_\_\_\_\_ *História e Energia 7- Estatização x Privatização, São Paulo*, Departamento de Patrimônio Histórico, 1997. 392p. il
- FERREIRA, C.K.L. Privatização do setor elétrico no Brasil in: *A Privatização no Brasil – o caso dos serviços de utilidade pública*. (Edit.) Pinheiro, A.C. & Fukasaku, K. BNDES, 2000.
- FURTADO, C. *Brasil a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GUZMÁN, F.J.C. *La modernización de La empresa pública em México: logros y resultados 1988-1994*. Fondo de Cultura Económica. México, 1994.
- Harvey, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Editora Loyola, 2004.
- LEITE, A D. *A Energia do Brasil*. Editora Nova Fronteira, 1995.
- LEME, A. A. *Globalização e Reformas Liberalizantes: contradições na reestruturação do setor elétrico brasileiro nos anos 90*. Revista Sociologia e Política, Curitiba: Paraná, v. nº 25, p. 165-186, 2005.
- MACIEL, C.S. *Globalização, crise do padrão de financiamento da economia e reestruturação institucional do setor elétrico brasileiro*. Tese de Doutorado em Economia na UNICAMP, 1997.
- MARTIN, J.M. *A Economia Mundial da Energia*. (trad.) Elcio Fernandes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- MARTÍNEZ, I. *México: desarrollo y fortalecimiento Del sector estratégico de energia eléctrica*. Siglo Veintiuno Editores, México, 2003.
- MECON. *Informe Del sector electrico, año 2001 (provisorio)*, noviembre 2002 (<http://energia.mecon.gov.ar>).
- MELLO, M.F. *A privatização no Brasil: análise dos seus fundamentos e experiências internacionais*. Tese de Doutorado apresentada na FEA –USP, São Paulo, 1992.
- MME, *O novo modelo do setor elétrico*. Brasília, setembro de 2003 ([www.mme.gov.br](http://www.mme.gov.br)).

- NUNES, E. *O quarto poder: gênese, contexto, perspectivas e controle das agências reguladoras*. II Seminário Internacional sobre Agências Reguladoras de Serviços Públicos, Brasília, 25 de setembro de 2001 (versão atualizada, outubro de 2001).
- ORTIZ, R. E SCHORR, M. *La reconfiguración del poder económico en el sector de los hidrocarburos durante la década del noventa y sus consecuencias en la salida de la convertibilidad*. V Jornada de Sociología, Buenos Aires, de 11 a 15 de noviembre de 2002.
- REVUELTAS, A. *Las Reformas Del Estado em México: Del Estado benefactor AL Estado neoliberal*. Revista Política y Cultura. México, 1994.
- REZENDE, F. & PAULA, T. B. (coord.). *Infra-Estrutura: perspectiva de reorganização; Setor Elétrico*. Brasília: IPEA, 1997.
- ROMERO, L.A. *La crisis Argentina: una mirada al siglo XX*. Buenos Aires, Siglo XXI Editores Argentina, 2003.
- ROSA, L.P. *A crise de energia elétrica: causas e medidas de mitigação*. In. *Política energética e crise de desenvolvimento*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ROSA, L. P.; TOLMASQUIM, M. T. E PIRES, J. C.L. *A reforma do setor elétrico no Brasil e no mundo: uma visão crítica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Coppe, UFRJ, 1998.
- SALLUM Jr., B. *Metamorfoses do Estado Brasileiro no final do século XX*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18, nº 52/junho, 2003.
- SAUER, I. *Energia elétrica no Brasil contemporâneo: a reestruturação do setor, questões e alternativas*. In. *Política energética e crise de desenvolvimento*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- SAUER, I, et al. *A reconstrução do setor elétrico brasileiro*. Campo Grande, Ed. UFMS; São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- SECRETARIA DE ENERGIA. *Impuestos y subsidios sobre las tarifas eléctricas a usuario final*. Buenos Aires, abril de 2002, (<http://energia.mecon.gov.ar>).
- \_\_\_\_\_ . *Impuestos sobre las tarifas eléctricas a usuario final de cooperativas eléctricas de Buenos Aires*. Buenos Aires, junio de 2002, (<http://energia.mecon.gov.ar>)
- TORRE, J. C. *El proceso político de las reformas económicas en américa latina*. Buenos Aires, Editorial Piados SAICF, 1998.
- VELASCO E CRUZ, S. C. *Alguns argumentos sobre reformas para o mercado*. Revista Lua Nova, nº 45, 1998.